

SBF – SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório dos Auditores Independentes*

SBF – SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 - 3
Balanços patrimoniais	4 - 5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 - 13

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da

SBF – SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **SBF – SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SBF – SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2021.

SBF – SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em Reais

ATIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição	03	900.665	115.027
Aplicações financeiras	04	4.265.950	4.008.820
Aplicações financeiras restrita- (MNPEF)	05	3.572.877	3.688.987
Outros ativos circulantes		18.534	5.999
Total ativo circulante		<u>8.758.026</u>	<u>7.818.833</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações Financeiras – Título de Capitalização		100.000	121.028
Imobilizado		12.083	16.613
Total do ativo não circulante		<u>112.083</u>	<u>137.641</u>
Projetos em andamento		<u>68.795</u>	<u>72.025</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>8.938.904</u>	<u>8.028.499</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF – SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

**Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

PASSIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores		451	6.030
Obrigações sociais e fiscais		69.302	56.167
Provisão de férias e encargos		166.310	149.953
Projetos a executar – MNPEF	5.1	3.572.877	2.731.237
Adiantamentos/Adesão Seguro Saúde	06	383.440	177.723
Outros passivos circulantes		25.414	-
Total passivo circulante		<u>4.217.794</u>	<u>3.121.110</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		<u>4.721.110</u>	<u>4.907.389</u>
Total do patrimônio líquido		<u>4.721.110</u>	<u>4.907.389</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>8.938.904</u>	<u>8.028.499</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF – SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em Reais

RECEITAS	NE	2020	2019
Receita de serviços e aluguéis	07	2.335.595	2.162.150
Anuidades/mensalidades de associados		940.287	984.762
Inscrição de eventos		185.843	584.127
Recuperação de despesas		120.501	-
Outras		2.766	7.160
Total receita		3.584.992	3.738.199
Deduções			
(-) impostos – Cofins		(177.622)	(165.382)
(-) Devoluções		(54.438)	(65.148)
(-) Reversão/Custos com eventos		138	(663.488)
Total das deduções		(231.922)	(894.018)
Total receita líquida		3.353.070	2.844.181
DESPESAS			
Salários, encargos e benefícios	08	(1.540.308)	(1.319.790)
Viagens e estadias		(1.191)	(118.181)
Administrativas e gerais	09	(401.572)	(857.805)
Tributárias	10	(29.255)	(45.020)
Depreciação		(4.531)	(7.720)
Total das despesas		(1.976.857)	(2.348.516)
Superávit antes resultado financeiro		1.376.213	495.665
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita financeira		102.999	211.420
Despesa financeira		(693.922)	(685.103)
Resultado financeiro		(590.923)	(473.683)
Superávit / (Déficit) do exercício		785.290	21.982

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF – SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em Reais

	<u>Superávit/ (Déficit)</u>	
	<u>Acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	4.885.407	4.885.407
Superávit do exercício	21.982	21.982
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	4.907.389	4.907.389
Superávit do exercício	785.290	785.290
Ajustes de exercícios anteriores (nota 12)	(971.569)	(971.569)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.721.110	4.721.110

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF – SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em Reais

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit /(déficit) do período	785.290	21.982
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	4.530	7.721
(Ganho) / Perda Decorrente da Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	-	-
Subvenção para investimento reconhecida	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	(971.569)	-
Redução /(aumento) no ativo		
Outros investimentos	21.028	315.465
Outros Ativos	(9.305)	77.021
(Redução) /aumento no passivo		
Fornecedores e contas a pagar	(5.579)	(62.755)
Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Sociais	13.135	2.986
Provisões de férias	16.357	10.529
Projetos a executar	841.640	903.366
Adiantamentos	205.716	
Outros passivos	25.414	138.265
Caixa Líquido Proveniente das Atividades operacionais	<u>926.657</u>	<u>1.414.580</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento de Ativo Imobilizado e intangível	-	(3.438)
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento	<u>-</u>	<u>(3.438)</u>
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>926.657</u>	<u>1.411.142</u>
Caixa Equivalente de Caixa no Início do Período	7.812.835	6.401.693
Caixa Equivalente de Caixa no fim do Período	8.739.492	7.812.835
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>926.657</u>	<u>1.411.142</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A instituição iniciou suas atividades em 16/12/1966 e tem como seguimento as atividades de congregar os físicos e professores de física no Brasil, zelar pelos direitos, interesses e pesquisas dos físicos e professores de física, estimular as pesquisas de física e melhoria de seus ensinamentos, promover intercâmbio entre profissionais de física internamente e externamente, tudo através de seus recursos sem finalidade de obter lucros.

Constituída como uma instituição sem fins lucrativos, usufruindo da isenção do IRPJ (imposto de renda) conforme artigo 174 do RIR/99.

Todos os recursos recebidos são totalmente convertidos nas atividades da instituição, para seus projetos e custeios administrativos

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com às taxas mencionadas na nota explicativa.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2020.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

g) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2020	2019
Caixa	366	1.150
Conta movimento - MNPEF	17.335	42.252
Conta movimento – Projeto EUF	17.851	-
Conta movimento SBF – 61000-3	865.113	71.625
Total	900.665	115.027

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2020	2019
CDB DI – 61000-3	2.034.235	1.983.784
CP - 400 – 61000-3	1.143.663	937.005
CDB – 60000-8	1.044.350	1.016.651
BB automatico 60000-8	43.702	71.380
Total	4.265.950	4.008.820

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – PROJETO MNPEF 17

	2020	2019
CDB SUPREMO – MNPEF – 53.646-6	2.350.238	2.532.929
CP - MNPEF – 49.443	1.036.420	1.008.920
CP – MNPEF - 49.443	186.219	147.138
Total	3.572.877	3.688.987

5.1 PROJETOS A EXECUTAR - MNPEF

Houve ajuste no PL da instituição, devido a utilização equivocada em 2018, desta forma procedeu com a retificação do saldo das contas restritas equivalentes ao passivo nas contas de PROJETOS EM EXECUÇÃO, pois a utilização da verba foi reconhecida no exercício de 2018.

6. ADIANTAMENTOS/ ADESÃO SEGURO SAÚDE

	2020	2019
Seguro saúde Bradesco	278.580	110.655
Adesão ao Seguro Bradesco	104.860	67.068
Total	383.440	177.723

7. RECEITA DE SERVIÇOS E ALUGUÉIS

	2020	2019
Comissão seguro saúde	2.210.650	1.978.798
Aluguel salas	98.995	103.860
Aluguel Stands	25.656	51.564
Outros	294	27.928
Total	2.335.595	2.162.150

8. SALÁRIOS, ENCARGOS E BENEFÍCIOS

	2020	2019
Salários	(695.505)	(633.420)
Assistência Médica	(305.212)	(279.539)
INSS	(184.106)	(173.379)
Alimentação/cesta básica	(102.752)	(83.990)
FGTS	(60.582)	(56.613)
Outros	(192.151)	(92.849)
Total	<u>(1.540.308)</u>	<u>(1.319.790)</u>

9. ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2020	2019
Viagens e estadias	(1.191)	(118.182)
Digitação e elaboração de textos	(40.400)	(102.993)
Despesas eventos	(1.532)	(53.532)
Aluguel Software	(10.268)	(63.270)
Associação de Classe	(66.852)	(42.647)
Impressão de revistas	-	(54.718)
Suporte tecnico processamento de dados	(31.619)	(20.794)
Serviços de planejamento e organização	(21.971)	(20.114)
Serviços de terceiro	(104.346)	(130.630)
Telefone	(29.360)	(34.000)
Manutenção equipamentos	(44.148)	(68.856)
Custos com intercambio	-	(72.837)
Outros	(49.885)	(75.232)
Total	<u>(401.572)</u>	<u>(857.805)</u>

10. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2020	2019
PIS sobre FOPAG	(7.572)	(7.076)
Tributos Federais	(13.067)	(8.572)
IRRF sobre aplicações	(2.912)	(20.800)
Cofins sobre aplicações financeiras	(1.060)	(5.472)
Outros	(4.644)	(3.100)
Total	<u>(29.255)</u>	<u>(45.020)</u>

11. RENUNCIA FISCAL

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 que aprovou a ITG 2002, as receitas isentas conforme estabelecidas no estatuto da instituição, determinado pelo RIR/99, são demonstrados a seguir, pelos valores relativos às imunidades fiscais, calculados pelas alíquotas de 1,65%(PIS), 7,6%(COFINS), 15%(IRPJ) e 9%(CSLL), estando somente em notas explicativas, não fazendo parte dos demonstrativos contábeis.

Em virtude das demonstrações dos cálculos da imunidade, a Instituição por ser sem fins lucrativos já recolhe o PIS sobre a folha de salários pela alíquota de 1% conforme legislação nº 9.715 de 25/11/1998, art. 8º e recolhe o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras de 0,65% e 4% respectivamente, conforme legislação.

	2020	2019
IRPJ	266.998	3.297
CSLL	70.676	1.978
PIS	58.254	60.605
COFINS	268.314	279.152
Total	664.242	345.032

12. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os Ajustes são decorrentes da contabilização da contrapartida dos valores de aplicações restritas-MNPEF no passivo, conforme nota explicativa nº 5.1.